

É possível pensar em uma prosódia discursiva?

Luciana Iost Vinhas
UFPEL

Resumo: O presente texto traz uma reflexão sobre a relação entre prosódia e discurso no âmbito da Análise de Discurso (AD) desenvolvida pelo filósofo francês Michel Pêcheux. Consideramos o estatuto da língua na AD como base para a reflexão, a qual não é entendida como fechada e homogênea, mas, sim, aberta à equívocidade. Para dar base à reflexão, são analisados dois enunciados produzidos por duas apenadas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, sendo observada a forma material da ideologia através de sua manifestação prosódica. Consideramos que, no som da linguagem, é possível identificar a materialização do duplo atravessamento a que o sujeito está submetido: o assujeitamento ideológico e o recalque inconsciente.

Palavras-chave: prosódia; discurso; língua; subjetividade.

Title: Is it possible to think about a discursive prosody?

Abstract: The present study establishes a discussion about the relation between prosody and discourse in French Discourse Analysis (DA) as proposed by the French philosopher Michel Pêcheux. We consider language as thought by DA, which is not understood as closed and homogeneous, but as opened to equivocality. In order to

base the reflection, two statements are analyzed. They were produced by two female inmates from Madre Pelletier Female Penitentiary. The analysis observed the material form of the ideology through its prosodic materiality. We consider that, in the sound of language, it is possible to identify the materialization of the double crossing to which the subject is submitted: the ideological interpellation and the unconscious repression

Keywords: prosody; discourse; language; subjectivity.

As fitas da polícia que estou citando foram ouvidas na corte durante a décima das 121 sessões, no nono dia dos quase nove meses que durou o julgamento. Nada do que o acusado [Adolf Eichmann] dizia, na voz curiosamente desencarnada que saía do gravador – duplamente desencarnada porque o corpo que era dono da voz estava presente, mas também aparente e estranhamente desencarnado através das grossas paredes de vidro que o cercavam –, foi negado por ele ou pela defesa. (ARENDR, 1999, p. 105).

Considerações introdutórias

O julgamento a que Hannah Arendt faz referência na epígrafe do presente texto é o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém por crimes cometidos contra o povo judeu durante o regime totalitário que se instalou na Alemanha no século XX. Arendt chama a atenção para a voz de Eichmann, considerada *curiosamente desencarnada*. Mais do que isso: a voz era duplamente desencarnada, pois o seu corpo também

parecia desencarnado. Eichmann estava de corpo presente; Eichmann estava “morto”.

Decidi começar este artigo com a citação de Arendt em função de a autora abordar a voz de Eichmann enquanto afetada por um desencarne. Pareceu muito propício iniciar o texto dessa forma, posto que esse desencarne a que ela alude possui íntima relação com a proposta que aqui se desenvolverá. Uma voz que é curiosamente desencarnada, de um sujeito considerado um funcionário perfeito, “plenamente” assujeitado à ideologia totalitária alemã. Esse assujeitamento pleno teria como efeito uma voz desencarnada? A voz desencarnada seria uma metáfora, ou seja, seria um sintoma que representa outra “coisa”?

A reflexão que aqui se desenvolverá tem o objetivo, então, de promover uma discussão sobre o estatuto discursivo da voz no âmbito da compreensão de Michel Pêcheux sobre a relação entre discurso e linguagem, trazendo elementos da Psicanálise freudo-lacianiana para refletir sobre a afetação do inconsciente, relacionado à ideologia, nesse processo. Tomamos como *corpus* analítico dois enunciados de apenas, os quais estão presentes no banco de dados do projeto *A voz de apenas à luz da Análise de Discurso* em desenvolvimento na Universidade Federal de Pelotas.

Vários desdobramentos podem ser feitos a partir da citação de Arendt: Eichmann estava morto, mas tinha um corpo, pois o próprio corpo, assim como a própria voz, estava desencarnado. Um sujeito duplamente desencarnado (sem corpo e sem linguagem) é um sujeito dessubjetivado (é um sujeito plenamente assujeitado). O que se pretende com a presente discussão é escutar as vozes das duas mulheres entrevistadas, atentando para a prosódia e os seus efeitos de sentido, sendo operados dois recortes a partir do *corpus*

empírico. No som da linguagem podemos identificar a materialização do duplo atravessamento a que o sujeito está submetido: o assujeitamento ideológico e o recalque inconsciente. No corpo e na voz de Eichmann somatizavam-se os efeitos de um sujeito morto em vida; um sujeito-de-direito no sentido pleno do termo.

Começarei o artigo trazendo uma reflexão sobre a língua na Análise do Discurso, refletindo sobre como a prosódia se configura enquanto elemento material que constitui os sujeitos e os sentidos. Para isso, dois eixos serão abordados: (i) a língua na AD, quando será feita uma breve revisão da noção de língua no dispositivo, comparando-a brevemente com o formalismo linguístico; e (ii) os aspectos fonético-fonológicos na constituição dos discursos, momento em que será feita uma reflexão sobre como a prosódia se relaciona teoricamente com a AD, destacando a possibilidade de análise dessa materialidade em *corpora* discursivos.

1. “Eu era vítima de/eu SOU vítima de um assalto”: A língua na Análise de Discurso

É importante começar a presente seção retomando o que diz Pêcheux (2011, p. 152) sobre a materialidade discursiva. Para o autor, ela deve ser entendida como “nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as “mentalidades” de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada”. A materialidade prosódica faz referência à materialidade discursiva enquanto essas condições verbais de existência dos objetos em uma conjuntura histórica dada (e o trabalho do analista do discurso é identificar essas condições a partir da materialidade linguística). Ainda corroborando este

ponto, vale trazer a citação de Pêcheux (1981): “la question théorique des *matérialités discursives* surgit précisément de ce qui, entre l’histoire, la langue et l’inconscient, résulte comme hétérogénéité irréductible: un ressassement de paroles entendues, rapportées ou transcrites, un fourmillement d’écrits citant des paroles, et d’autres écrits¹” (p. 10 [grifos do autor]).

Por materializar o discurso, a língua (enquanto um sistema) funciona atendendo a uma demanda ideológica, sendo o discurso constitutivo da língua. Mais tarde, os estudos em AD começaram a incorporar não só os elementos linguísticos como materialidades da ideologia, mas, também, os elementos de ordem não-verbal, pois todas as formas de existência material operam como materializações da ideologia.

No Estruturalismo Saussuriano, perspectiva linguística que deu base à proposta pêcheuxtiana, os significados e os significantes existem dentro do sistema linguístico, não sendo estabelecida nenhuma relação com a exterioridade desse sistema psíquico, mas social. O conceito de valor, eixo que sustenta as reflexões de Saussure (2001), funciona somente dentro do sistema. De acordo com o valor linguístico, um signo se define por relações de oposição aos outros signos que compõem o sistema, ou seja, as definições se dão por negatividade. Tanto o significante de um signo quanto o seu significado dependem dos significantes e dos significados dos outros signos linguísticos, não sendo considerada a exterioridade nesse processo. Para Pêcheux,

¹ “a questão teórica das *materialidades discursivas* surgiu precisamente do que, entre a história, a língua e o inconsciente, resulta como heterogeneidade irreduzível: uma repetição de palavras ouvidas, relatadas ou transcritas, um formigamento de escritos que citam palavras e outros escritos” (tradução minha).

ocorre justamente o contrário: os sentidos são estabelecidos a partir da historicidade, e não por uma relação de negação aos outros do sistema. Pêcheux (2009a) critica essa forma matemática de os sentidos dos enunciados serem determinados, tanto na semântica estruturalista quanto na gerativa.

Há, no entendimento de Ferreira (2011), algumas consequências da passagem de uma forma linguística (Linguística Formal) para uma forma material (Semântica Discursiva), as quais são listadas pela autora.

a) a língua deixa de ser considerada um sistema integralmente autônomo, para ser aceita como relativamente autônoma; b) o sistema linguístico não é concebido como algo abstrato e fechado, mas sim um sistema passível de perturbações, rupturas e mal-entendidos; c) os fatos linguísticos descritos com problemas não ficam de fora do sistema, à margem da língua, e passam a ser incorporados como nucleares, em vez de periféricos; d) abandonam-se as concepções muito difundidas, em certa época, de língua enquanto código, ou então, instrumento de comunicação ideologicamente neutro; e) a língua passa a ser trabalhada como lugar material de realização dos processos discursivos, de onde se manifestam os sentidos (p. 91).

É essencial considerar que, no Formalismo, a língua é tida como *transparente*, ao passo que, na Análise do Discurso, ela é compreendida como *opaca*. Essa diferença revela duas

formas de compreender o processo de constituição dos significados, de um lado, e dos sentidos, de outro. A transparência traz à tona uma relação de constituição prévia dos significados, pois já são previstos dentro do sistema. Para a AD, esse efeito de evidência é tido como parte do funcionamento da ideologia. A AD compreende que não há uma determinação semântica interior ao sistema; é necessário, então, abordar uma relação de opacidade, garantindo à materialidade sob análise a possibilidade de o sentido ser aquele não previsto pelo sistema, pois depende da história, do sujeito e da ideologia.

Além dos elementos aqui levantados, também é necessário considerar a língua relacionada ao equívoco, ao *nonsense*, à deriva, aos deslocamentos, às transgressões... Sobre esse ponto, vale trazer a afirmação de Ferreira (1996, p. 46), a qual lança algumas questões para nosso posterior debate: “a perspectiva de que a língua comporta em seu interior um espaço para as falhas, as brechas, o impossível valida e legítima a tese de que o equívoco é estruturante”. O equívoco é tomado como estruturante justamente por não ser a língua na AD considerada como um sistema fechado, mas, pelo contrário, por ser aberta e, em função disso, ser constituída pela falta: um furo que permite a materialização de discursos não previstos pela ideologia (nem pelo próprio sistema).

A citação de Pêcheux (2009a, p. 81) reporta às diferenças existentes entre as concepções de língua da AD e do Formalismo a que estamos fazendo referência:

O sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse

conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que, como mostramos mais acima, os processos ideológicos simulam os processos científicos [grifos do autor].

A língua, portanto, possui leis internas que são comuns a revolucionários e a reacionários, a materialistas e a idealistas, etc. Contudo, as mesmas leis internas fazem funcionar o processo de interpelação ideológica de formas diferentes: os revolucionários e os reacionários têm acesso à mesma base linguística (os mesmos textos, as mesmas palavras, as mesmas leis internas – e, também, à mesma prosódia), mas os processos discursivos não são os mesmos para eles, o que aponta para identificações com os saberes de diferentes formações discursivas.

Para a compreensão da forma como a Análise do Discurso concebe o sentido, apresento algumas afirmações que abordam essa concepção na teoria: (i) o sentido, para existir, precisa de uma materialidade; (ii) a materialidade que faz circular o sentido é opaca; (iii) a materialidade (verbal ou não verbal), em função da opacidade decorrente dos processos discursivos, nunca terá um sentido único, pois a formulação traz elementos da constituição; (iv) os elementos da constituição serão interpretados de acordo com a forma como o sujeito se subjetiva, de forma ideológica e inconsciente; e (v) o sentido não existe previamente e não é

pronto, apesar de aparecer como “evidente” e “natural” para o sujeito, efeito do processo de interpelação ideológica.

Há, ainda, que se considerar a abertura constitutiva do conceito de língua na AD, posto que *tudo não se diz e todo não se é* (FERREIRA, 2011). Essa abertura tem relação com a *alíngua* e com o real da língua, como será discutido. Nesse sentido, Pêcheux (2006, p. 50) evidencia a diferença instituída pela AD através da seguinte afirmação: “a pesquisa linguística começaria assim a se deslocar da obsessão da ambiguidade (entendida como lógica do ou... ou”) para abordar o próprio da língua através do equívoco, da elipse, da falta, etc...”.

Para tratar sobre o ponto levantado, trago, primeiramente, a fala de Rickes (2002, p. 57): a linguagem “é, antes, a morada da falta que habita o sujeito, falta de uma completude que é motor do desejo. Também a linguagem é tributária dessa falta, ou melhor, justamente por estar ela em falta, o sujeito, como seu efeito, constitui-se marcado pela incompletude”. Quando tratamos da subjetividade em Análise do Discurso, temos em mente um sujeito incompleto, movido pelo desejo de uma completude. O sujeito é afetado tanto por esse desejo quanto pelas determinações sócio-histórico-ideológicas da formação social na qual está inserido. É a linguagem que possibilitará a materialização da relação entre ideologia e inconsciente.

Como se sabe, a teoria da subjetividade de natureza psicanalítica atravessa o quadro teórico da Análise do Discurso (PÊCHEUX; FUCHS, 1997). É, portanto, indispensável refletir sobre como a materialidade linguística é afetada pela concepção de sujeito psicanalítico, e é a partir da afirmação de Rickes que podemos iniciar a discussão. A materialidade linguística materializa o discurso, e, por sua vez, a ideologia; no entanto, essa materialidade é *morada da falta que habita o sujeito* e, assim, materializa a falta, algo da ordem da subjetividade. Essa falta só se materializa porque o sujeito é um ser-em-falta... o sujeito não é completo (*todo não se é*) e, como efeito dessa incompletude do sujeito, a linguagem

também não poderia sê-lo (*tudo não se diz*), existindo sempre um resto do real por simbolizar. É a partir das marcas linguísticas (e, portanto, prosódicas) que podemos vislumbrar essa incompletude através, principalmente, do equívoco.

Segundo Ferreira (1996, p. 43), quando se fala em equívoco é necessário levar em consideração “que a incompletude é a própria condição de existência da linguagem e que, portanto, não se pode pretender dizer *tudo*. Sobre sempre um espaço para o não-dito, para a *falta*, onde se dão os deslizamentos, as rupturas que fazem e desfazem sentidos” [grifos da autora]. Na mesma esteira, Ernst (2007, p. 143) assinala que as formulações equívocas “jogam com outros sentidos que não os institucionalizados, tanto no nível do código linguístico quanto no nível das convenções sociais”. O equívoco é, desse modo, da ordem do não previsível na regularidade das formações discursivas (aquilo que *pode* e *deve* ser dito, produzindo, automaticamente, o que não pode e não deve ser dito, ou seja, o interdito); é um fato estrutural implicado pela ordem do simbólico (PÊCHEUX, 2006), evidenciando que todo ritual possui falhas, e todo sujeito é sempre possível de tornar-se outro.

É então que Gadet e Pêcheux (2004, p. 64) teorizam sobre o equívoco, dizendo se tratar do “ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história”. Em outras palavras, o encontro entre o real da língua – o impossível linguístico – e o real da história – a contradição – instaura o equívoco, e essa irrupção afeta o real da história. Daí a importância de se considerar o real da língua e o real da história como efeitos da incompletude que constitui a subjetividade. É necessário, então, compreender a distinção entre *equivoco* e *falha*, proposta por Barbai (2011, p. 380): “a falha é sempre significativa, constituída pela ordem do simbólico, tendo a língua o seu lugar de materialização, de irrupção. Já o equívoco é a inscrição da falha da língua na história, mostrando, portanto, o funcionamento da ideologia e do inconsciente”. Parece, sob meu ponto de vista, que toda falha

causa um efeito na história, pois a língua inexistente separada da história; se for considerada assim, a falha acarreta, inevitavelmente, o equívoco.

Vale a pena inserir nesta reflexão o que diz Lacan (2007, p. 144) sobre este ponto. Segundo o autor, a falha

não está condicionada unicamente pelo acaso: com efeito, o que a psicanálise nos ensina é que uma falha jamais se produz por acaso. Há, por trás de todo lapso, para chamá-lo por seu nome, uma finalidade significante. Se há um inconsciente, a falha tende a querer exprimir alguma coisa, que não é somente o que o sujeito sabe, uma vez que o sujeito reside nessa divisão mesma que representei em outros tempos pela relação de um significante com outro significante.

Trazemos para a discussão algo que compreendemos aqui como da ordem do equívoco, a saber, o enunciado que compõe o título desta seção. Uma das apenadas entrevistadas no âmbito do projeto de pesquisa citado, depois de questionada sobre o motivo pelo qual estava presa, responde: “eu era vítima de/eu SOU vítima de um assalto²”. A correção feita pela apenada na linearidade da sua fala (uma correção *online*) faz referência a algo que não poderia ter sido dito: *eu era vítima de*. É tentador, para o analista do discurso, completar a sentença com *eu era vítima de... mas não sou mais*. A falha que ocorre na oralidade, decorrente do emprego do tempo verbal (o pretérito imperfeito do indicativo foi

² Podemos lembrar aqui da diferença estabelecida por Benveniste (2005) entre *discurso* (subjetivo) e *história* (objetivo). A *história*, narrativa dos acontecimentos passados, utiliza as formas de terceira pessoa e os tempos *passé simple*, imperfeito e mais-que-perfeito; o discurso, por sua vez, emprega todas as formas pessoais do verbo e todos os tempos são possíveis, exceto o *passé simple*. Parece que, quando se corrige, a apenada busca, através do esquecimento nº 2, instaurar o efeito de sentido de tensão, provocando na interlocutora a construção de sua imagem como vítima e não como criminosa, o que ocasiona a substituição.

substituído pelo pretérito perfeito do indicativo, como um efeito metafórico que faz claudicar o processo de interpelação ideológica), provoca uma diferença na forma como a apenas se subjetiva. Essa diferença aponta tanto para o real da língua (aquilo que é impossível de ser dito) quanto para o real da história (fazendo romper no intradiscursos uma contradição, oriunda do fato de ser ou de não ser vítima de um assalto). É aí que se instaura, portanto, o equívoco, revelando algo sobre o processo de subjetivação e de constituição do sentido. Tal equívoco pode ser relacionado como o que menciona Pêcheux (1990, p. 08): “através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata”.

É assim que Pêcheux (1990, p. 55) aprofunda mais elementos acerca do real da língua:

O real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do *Witz* e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo. O não-idêntico que aí se manifesta pressupõe a *alíngua*, enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas; a repetição do significante na *alíngua* não coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos [grifos do autor].

Falar em equívoco requer que se fale de *alíngua* (também denominada de *lalangue* ou *lalíngua*), pois o

equivoco é introduzido na língua pela *lalíngua* (BALDINI, 2012). A alíngua *faz* o inconsciente, pois é a língua materna, ou melhor, “sua figuração mais direta é a língua materna” (MILNER, 1987, p. 15). O sujeito se constitui a partir do Outro, e, em determinado momento de sua vida, não existe separação entre o bebê e o Outro materno. A alíngua representa o Outro materno, ou seja, o próprio bebê, e a *lalangue* é assim denominada por fazer referência à lalação, ao balbucio da criança no início de sua vida. Conforme Lacan (1978, apud GÓIS et al., 2009, p. 01),

Je fais lalangue parce que ça veut dire lalala, la lallation, à savoir que c’est un fait que très tôt l’être humain fait des lallations, comme ça, il n’y a qu’à voir un bébé, l’entendre, et que peu à peu il y a une personne, la mère, qui est exactement la même chose que lalangue, à part que c’est quelqu’un d’incarné, qui lui transmet lalangue³.

Sobre a *lalangue*, vale, ainda, afirmar que se trata de uma forma de satisfação que não depende da significação (GÓIS et al., 2009). A *lalangue* representa uma relação de motivação existente entre significante e significado. Assim, no que tange ao princípio da arbitrariedade do signo linguístico (SAUSSURE, 2001), surge o questionamento: seria essa relação de motivação o que engendra a diferença entre *lalangue* e a língua efeito da castração simbólica, uma língua cujos signos possuem significantes e significados sem relação de motivação entre eles? A *lalangue* operaria, portanto, como

³ “Eu faço a alíngua porque significa lalala, a lalação, pois o fato é que desde muito cedo o ser humano produz lalações, assim, é só ver um bebê, ouvi-lo, e gradualmente, há uma pessoa, a mãe, que é exatamente a mesma coisa que a alíngua, exceto que é alguém encarnado que lhe transmite a alíngua” (tradução minha).

algo motivado pelo desejo, ao invés de arbitrário. Nesse caso, o significado, para Lacan, dependeria do desejo.

De acordo com Soler (2010, p. 15-17), “alíngua é o nível a-estrutural do aparelho verbal, ao passo que a linguagem e o discurso são ordenações”. A alíngua é o avesso da língua: enquanto a língua é completa e lógica, a alíngua possui como característica principal as falhas oriundas do impossível da língua, do real da língua. Se o inconsciente é feito de alíngua, o sujeito também o é, atravessando a forma como se constitui (inclusive o seu corpo), pois o corpo é atravessado de alíngua.

O real resiste à simbolização, mas não significa que não deixe na língua (e no corpo) as suas marcas. Morales (2005, p. 220), retomando o que diz Pêcheux na citação acima referida, menciona que “*alíngua* confere à *língua* um outro estatuto: o de não todo, já que nela algo falta. Trata-se da falta que se reconhece no equívoco, ou seja, um jogo que escapa ao sujeito: lapso, ato falho ou chiste” [grifos da autora]. No caso da fala da apenada entrevistada, a falha diz respeito à incompletude do sujeito e da língua. É sobre isso que falam Gadet e Pêcheux (2004, p. 52) quando mencionam o Édipo linguístico, isto é, “o Édipo linguístico corresponde ao fato de que *toda a língua* não pode ser dita, em qualquer língua que seja” [grifos dos autores].

Há algo que falha, então, e o que falha tem origem em uma falta que estrutura o sujeito. Se a falha é relacionada aos de processos subjetivação, afirma-se que a contraidentificação e a desidentificação evidenciam a falha no ritual, considerada, conforme Indursky (2007, p. 171), “uma falha na interpelação do sujeito, ou seja: é porque o ritual é sujeito a falhas que o sujeito pode se contra-identificar com os saberes de sua formação discursiva e passar a questioná-los”. A autora continua dizendo que a falha também pode fazer com que o sujeito passe a se identificar com outra

formação discursiva, caracterizando o processo de desidentificação. Para Pêcheux (1990, p. 17), a falha no ritual tem relação direta com a metáfora, o que pode ocasionar movimentações nos processos de subjetivação.

Levar até as últimas consequências a interpelação ideológica como *ritual* supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: “uma palavra por outra” é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho [grifo do autor].

Relacionado a isso e citando Pêcheux novamente, trago uma referência do texto “Metáfora e interdiscurso”, no qual o autor explica a relação entre interdiscurso, formação discursiva e metáfora na citação que segue:

O interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade, torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é *porque* os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (metaforizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente (PÊCHEUX, 2011, p. 158 [grifos do autor]).

A causa, então, não está na formação discursiva, mas no *nonsense* (PÊCHEUX, 2009a). A relação entre sentido e *nonsense* do sujeito dividido funciona como uma pulsação, característica da subjetividade e do processo de constituição do sentido, e os traços inconscientes do significante permanecem latentes, podendo sempre emergir do *nonsense* para o intradiscurso. É assim, portanto, possível relacionar a

subjetividade às falhas do ritual de interpelação ideológica: as falhas materializam questionamentos do sujeito sobre a sua própria constituição, pois passa a reconhecer a não homogeneidade da forma como se subjetiva. Esse reconhecimento aponta para a relação *nonsense*-sentido. Conforme Pêcheux (2009b, p. 277), “o sentido” é produzido no “*non-sens*” pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido” [grifo do autor], ou seja, o sentido somente pode ser produzido a partir do efeito metafórico (uma coisa por outra), um significante por outro significante. É no *nonsense* que a interpelação se agarra (PÊCHEUX, 2009b). Quando do *nonsense* emerge um significante não previsto através de um ato falho, por exemplo, existe a possibilidade de deriva. E, assim, Pêcheux (2009b, p. 277) complementa seu pensamento: “mas é indispensável acrescentar imediatamente que *esse deslizamento não desaparece sem deixar traços* no sujeito-ego da “forma-sujeito” ideológica, identificada com a evidência do sentido” [grifos do autor].

Há, dessa forma, um efeito provocado pelo sujeito no processo de interpelação ideológica: “Pêcheux passa a pensar a interpelação como um ritual com falhas, retorno do nonsense no sentido, o inconsciente como “*a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura*” (Pêcheux, 1978, p. 300)” (BALDINI & SOUZA, 2012, p. 74). O inconsciente estruturado como uma linguagem, composto por significantes, está desprendido de um sentido (seria a alíngua puro efeito metafórico, puro significante, já que o inconsciente é feito de alíngua?). O significante é a parte do signo linguístico representante da imagem acústica, ou seja, dos fonemas que constituem determinado signo, sendo a sua contraparte o significado (o conceito do signo)⁴. Quando

⁴ Conforme Baldini (2012), “alíngua, portanto, produz como efeito a impossibilidade de fechamento da língua, pois permite o jogo incessante entre os significantes, o primado das relações *in absentia* sobre as relações *in praesentia*” (p. 69). Impossível não relacionar esta

o *nonsense* (a ausência de sentido) presente no inconsciente irrompe no intradiscurso através, por exemplo, de um equívoco – também manifestado prosodicamente – este equívoco está desligado de uma formação discursiva. O significante é lugar de *nonsense*, portanto.

Vale aqui a inserção de um comentário sobre a relação entre linguagem e o inconsciente, a fim de continuar na discussão sobre *nonsense* e sentido. Quando fala sobre o inconsciente para Freud, Lacan (2008, p. 34) diz que “o inconsciente se manifesta sempre como o que vacila num corte do sujeito – donde ressurgem um achado que Freud assimila ao desejo”. Freud afirma que o sujeito aparece nesses vacilos, quando um significante censurado ultrapassa a barreira inconsciente/consciente e vem à tona, na forma de uma *intenção estranha* (MILNER, 1987). No entendimento de Lacan, o sujeito é o intervalo entre significantes de uma cadeia, aparece como uma pulsação, sendo que o inconsciente “permanece um discurso divorciado do consciente e do envolvimento subjetivo – o discurso do Outro – mesmo quando ele interrompe o discurso do eu que está baseado em um falso sentido de *self*” (MILNER, 1987, p. 63-64 [grifo do autor]). É assim que Lacan (1998a, p. 269) diz, amparado em Freud, que “está claro que todo ato falho é um discurso bem-sucedido, ou até formulado com graça, e que, no lapso, é a mordada que gira em torno da fala, e justamente

afirmação à diferença entre sintagma e paradigma proposta por Saussure (2001). Quando Saussure fala sobre as relações *in absentia*, trata do paradigma (o eixo da seleção), ao passo que as relações *in praesentia* dizem respeito ao sintagma (o eixo das combinações). Da mesma forma, temos, na Análise do Discurso, o eixo vertical (o interdiscurso) e o eixo horizontal (o intradiscurso). Nesse sentido, o eixo vertical produz o efeito metafórico, e é a partir dele que a falha pode se materializar no eixo horizontal, intradiscursoalmente, nas combinações (des)organizadas (a)linguisticamente. A relação entre interdiscurso e efeito metafórico pode conduzir ao equívoco pelo viés da alíngua.

pelo quadrante necessário para que um bom entendedor encontre ali sua meia palavra”.

Uma coisa por outra... quando uma coisa se depara com o intervalo entre uma coisa e outra (o sujeito) emerge o lapso, como resultado do efeito metafórico. É importante, então, trazer algumas considerações sobre a metáfora, posto que é intimamente ligada à concepção de sujeito da Psicanálise de Jacques Lacan. A metáfora é, etimologicamente, definida como *transferência*. Lacan faz uso dessa figura de linguagem para se referir ao processo de condensação presente nos sonhos, conforme proposto por Freud. No entanto, Lacan vai mais longe: ele diz que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, sendo constituído por significantes. O sujeito é efeito do intervalo entre os significantes que se substituem em uma cadeia metafórica (S1 e S2), e nenhum significante é suficiente para representar o sujeito. É por isso que a causa do sujeito, o objeto *a*, resta nesta equação, sendo o sujeito lacaniano “melhor definido como um furo (*não no discurso ou em outras atividades mas entre um significante e outro, isto é, o forjamento de uma ligação entre dois significantes*). A especificidade de seu sujeito deriva do trabalho sobre o significante” (FINK, 1998, p. 221 [grifos do autor]).

A prisão do sujeito à rede de significantes condena o sentido a ser “o efeito de uma relação no elemento do Significante” (PÊCHEUX, 2009a, p. 239). Essa relação foi denominada por Lacan como metáfora, a qual consiste, para a Psicanálise, “em designar alguma coisa por meio do nome de uma outra coisa. Ela é a substituição de significantes. A metáfora mostra que os significados extraem sua coerência da rede dos significantes, o que demonstra a supremacia do significante” (MORALES, 2002, p. 41). A metáfora se cria, conforme Lacan (1998b, p. 507), “entre dois significantes dos quais um substitui o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia”.

A importância da metáfora para a Análise do Discurso está na base do processo de constituição do sentido e do sujeito, concomitantemente. As palavras, expressões e proposições somente significam quando relacionadas a uma formação discursiva de onde recebem seus sentidos; no entanto, Pêcheux (2009a, p. 239-240) afirma que “o sentido é sempre uma palavra, expressão ou uma proposição *por* uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição” [grifo do autor], e essa transferência é chamada pelo autor como metáfora. O processo de constituição do sentido e do sujeito depende da metáfora, a qual permite o confronto entre os elementos significantes e o revestimento destes por um determinado sentido. O sentido (e o sujeito) só existem, portanto, pelo confronto, pelo efeito metafórico, sendo a formação discursiva o lugar mais ou menos provisório das relações de metáfora, posto que, por a falta fazer parte desse processo (e por o intervalo entre os significantes preencherem um espaço através da ausência) os deslocamentos – via metáfora – são sempre possíveis de tomar lugar.

2. “Não vô dá o meu filho esse é MEU Filho”: Aspectos fonético-fonológicos na materialização dos discursos

Para aprofundar o debate sobre a relação entre a Análise de Discurso (AD) e a materialidade prosódica, vale referir que um dos pressupostos básicos do dispositivo é que “se as ideologias têm uma “existência material”, o discursivo será considerado como um de seus aspectos materiais” (COURTINE, 2009, p. 72), isto é, a ideologia se materializa no discurso. Por sua vez, a linguagem materializa o discurso, sendo que o responsável por colocar o discurso em movimento é o sujeito.

O interdiscurso, conceito fundamental para a teoria, é onde estão presentes todos os saberes, o “complexo com

dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 2009a). Ele abriga diferentes formações ideológicas, cuja materialização se dá pelas instituições. Como disse Pêcheux (2009a), nessas formações ideológicas estão presentes diferentes formações discursivas compondo um quadro de saberes possíveis de circular nas instituições. Justamente por existir mais de uma formação ideológica e mais de uma formação discursiva, os saberes do interdiscurso a elas vinculados podem estar em conflito, ou seja, a contradição pode emergir na relação entre essas formações. Esse jogo de forças se dá pela contradição como forma de produção, reprodução e transformação dos discursos. Assim é a maneira como a história age no processo de produção dos discursos.

A contradição determina a existência de uma tensão entre os saberes, materializados na linguagem pelos sujeitos. Então, torna-se importante relacionar as noções de interdiscurso e de intradiscorso. Conforme aponta Courtine (2009), os processos de interpelação acontecem na relação entre o interdiscurso de uma formação discursiva e o intradiscorso de uma sequência discursiva, e é na relação entre esses dois eixos que ocorre a articulação entre discurso e língua. Sobre isso, vale trazer a afirmação de Indursky (2003, p. 103): “nesse ponto de encontro de uma memória (o interdiscurso) com uma atualidade (o intradiscorso) instaura-se o *efeito de memória*: os sentidos são rememorados, atualizados, re-significados” [grifos da autora].

Na relação entre a estrutura vertical (INDURSKY, 2003), onde estão os saberes que podem e devem ser atualizados, e a estrutura horizontal, o intradiscorso, os discursos são atualizados, e esse ponto de encontro entre uma memória com uma atualidade é o acontecimento. Isso significa que os saberes presentes no interdiscurso são retomados no momento da emergência da estrutura

horizontal, quando os sentidos passam a circular no fio do discurso. Nessa horizontalidade, segundo Ferreira (1999), a sintaxe operaria papel essencial no acesso ao acontecimento discursivo. Tal ponderação aponta para a deriva como parte desse processo: através da sintaxe ocorreria a materialização da emergência do inesperado, da deriva.

Lembramos do Anexo III da obra *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio* de Pêcheux (2009b): não há ritual sem falhas. Na constituição, formulação e circulação dos sentidos (ORLANDI, 2005), não existe controle, pois a linguagem, por ser opaca, não prevê a manutenção dos sentidos. Isso significa que o sentido sempre pode ser outro. A linguagem, em toda a sua imperfeição e desorganização, abre espaços para o imprevisível. No ritual de apropriação dessa materialidade com falhas, todo o processo de constituição dos sentidos (e dos sujeitos) também falha. É a falha, tanto como *gap* da linguagem quanto como imprevisão de sentidos, que possibilita a transformação.

Tal aspecto da Análise do Discurso encontra raiz na obra *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Nela, Pêcheux (2006, p. 53) afirma que “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso”.

A partir da afirmação de Pêcheux é importante, para o presente trabalho, refletir sobre uma possibilidade de deriva – uma deriva relacionada à voz. Destaco, pois, que ela pode ocorrer através de diferentes materialidades, não só léxico-sintaticamente determinadas. Muitas reflexões têm sido feitas em torno de materialidades outras a partir das quais o discurso poderia ser analisado, já que uma das bases

da Análise do Discurso é a filosofia da práxis. Boa parte desses estudos visa a agregar as imagens; no entanto, parece que ainda há lugar para se pensar sobre algo próprio da oralidade, sem a qual a constituição do sujeito estaria afetada. Trata-se da materialidade prosódica, compreendendo-a como constituinte linguístico acima da linearidade da sentença, apreensível somente na oralidade.

Parece que da prosódia ecoa a possibilidade de emergência de outro tipo de relação com a ideologia e com o inconsciente. Trata-se de uma relação extremamente instável, imprevisível, que poderia trazer à tona sentidos que não podem (e não devem) circular a partir de uma sequência léxico-sintaticamente descritível. Os recursos prosódicos empregados pelo sujeito trazem à tona o caráter de incompletude da linguagem.

Orlandi (2005, p. 111), ao falar sobre a pontuação, pensa sobre alguns elementos importantes que podem fazer parte da reflexão sobre a materialidade prosódica. A autora refere que “locus de tensão entre a formulação (atualidade) e a constituição (memória), a pontuação denuncia o movimento contínuo do texto entre Unidade e Dispersão (E. Orlandi, 1988), entre paráfrase e polissemia (E. Orlandi, 1983)”. A pontuação, assim como a sintaxe para Ferreira (1999), teria a tarefa de materializar a emergência do acontecimento (o qual, segundo meu entendimento, pode ser tanto enunciativo como discursivo), rompendo com o eixo da repetibilidade dos saberes.

Além disso, afirma-se que diferentes recursos de pontuação empregados na tecitura do texto evidenciam a atuação do esquecimento nº 2, ou seja, o sujeito tem a ilusão de controlar os processos enunciativos e, como se fosse possível, o texto teria uma unidade coerente e completa,

pronta para ser acessada por outro interlocutor que a interpretará assim como o sujeito o previu.

O pensamento sobre a prosódia leva ao questionamento sobre a relação entre o imaginário e o real. O efeito causado pelo esquecimento nº 2 também acontece na materialidade prosódica. Isso pode ser observado, por exemplo, no discurso político. Nele, os sujeitos aplicam uma força entonacional maior em determinados elementos linguísticos, na tentativa de controlar o sentido. Sobre essa temática, Piovezani (2009, p. 356, cujo estudo versa sobre o discurso político-eleitoral televisivo como um tipo de fala pública, menciona que “a voz do político profissional é, ao mesmo tempo, o fragmento sonoro de uma subjetividade e o coro institucional de vozes que o sustenta”.

O sujeito do discurso político precisa, no enlace entre o político e o linguístico, adequar o volume de sua voz, pois isso poderá acarretar em diferentes efeitos de sentido (PIOVEZANI, 2009). No entanto, apesar desse esforço do sujeito, em função de a linguagem não ser completa e ser aberta para o equívoco, essas mesmas tentativas de controle do sentido pela prosódia podem resultar em deslizos que evidenciam a contradição e dão abertura para a circulação de outros sentidos. Sabemos que o real da língua é o impossível; no entanto, o sujeito, por se compreender como fonte do sentido (esquecimento nº 1), tem a ilusão de que poderá alcançá-lo. A linguagem oral traz um elemento importante para essa tentativa de alcançar o real, de alcançar sentidos que não podem e não devem ser ditos, estando, talvez, relacionada àquilo que Lacan denominou *lalangue*, essencialmente *oral*.

Sendo assim, além de se encontrar um elo entre o imaginário e o real, pode-se tecer alguns comentários sobre a

relação entre o simbólico e o real a partir da prosódia. Para isso, é importante mencionar Ferreira (1999, p. 64). A autora, ao tratar sobre a sintaxe, diz que seria possível jogar nela “com o plano do imaginário (ao nível da organização da língua) e com o plano do simbólico (ao nível da ordem do discurso). Isto é: tanto se pode brincar *com* as regras (dentro do seu ordenamento estabelecido), quanto se pode brincar *sobre* elas (buscando subvertê-las)” [grifos da autora].

Todo esse jogo está sempre ocorrendo por uma tentativa inconsciente do sujeito de ir ao encontro do impossível, daquilo que provocará a ruptura no eixo das repetições mantido pela ideologia. A prosódia parece ser um lugar onde se pode brincar com as regras e provocar deslocamentos. Ao invés de se instaurar a polissemia no eixo sintagmático, seria possível, então, trazer a subversão através do nível prosódico.

Parece que, por esse ponto de vista, a relação entre ideologia e inconsciente acontece de outra forma no que tange à prosódia. Tal pensamento vai ao encontro do proposto por Souza (2009, p. 15), cujo estudo objetiva “tocar a voz como dimensão subjacente ao discurso, contraparte temporal e material da enunciação que possibilita a aparição do sujeito”. O autor ainda menciona que entende a “voz como acontecimento enunciativo que se singulariza no limiar de uma discursividade” (op. cit., p. 15). É devido a isso que se admite uma diferença na relação entre a ideologia e o inconsciente, ou seja, ela acontece pela singularização: seria possível a voz funcionar como um intervalo entre significantes, chegando-se ao sujeito? Ou será que a voz funciona como outro significante? Retomamos, assim, as palavras de Piovezani (2009), quando diz que a voz é fragmento de uma subjetividade e da instituição: assujeitamento e resistência convivem na voz como

materialidade (da ideologia e do desejo), e abrem mais espaço para a emergência da singularidade.

A singularidade pode ser entendida com base no postulado por Souza (2013, p. 179), em seu estudo mais recente acerca da relação entre subjetividade e voz:

O procedimento analítico pressuposto aqui conduz a seccionar a superfície discursiva, de modo a individualizar seus elementos materiais constituintes, entre os quais se destacam a linguagem, o inconsciente e a ideologia. Se esses últimos – inconsciente e ideologia –, conforme elucida Eni Orlandi, estão materialmente articulados mediante a linguagem; e se a base material do discurso está na enunciação, conforme postula Pêcheux, arrisco-me a ultrapassar a linha sintática da plataforma enunciativa e depreender nela a voz como gesto que advém antes, na qualidade do singular, e faz o jogo da linguagem no discurso. Aí está: no intervalo entre a língua e o discurso, o drama se interpõe e indica o que, na voz, irrompe como gesto a significar, como sinalização da voz convertida em dêixis do sujeito.

A voz como dêixis do sujeito... se o sujeito laciano é o intervalo entre significantes, parece que a afirmação de Souza (2013) se relaciona à pergunta acima levantada: Seria possível a voz funcionar como um intervalo entre significantes, chegando-se ao sujeito? O autor analisa a voz de cantoras a fim de “investigar o modo pelo qual o cantante é interpelado em sujeito, através do uso que faz da voz ao cantar” (SOUZA, 2013, p. 176). Para ele, a voz apresenta um resto que indica a atuação de outro processo discursivo. Os

traços acústicos e prosódicos conduzem a questionamentos a respeito do sujeito. O autor utiliza um software de análise acústica chamado Praat⁵ em seu estudo.

As transcrições presentes neste trabalho não foram realizadas com o auxílio da inteligência artificial. Contudo, não se pode negar a forma como o discurso é materializado pela prosódia: um dos exemplos que podem ser citados é referente às entonações. A segunda apenas selecionada para o presente estudo, por exemplo, decidiu engravidar; contudo, depois de um tempo, decidiu que tentaria abortar. Fez vários procedimentos para conseguir o aborto, mas nenhum deles deu certo. Decidiu, então, dar a criança; todavia, depois de a criança nascer, quando a viu, mudou de ideia. Na nossa conversa, produziu o seguinte enunciado: “não vô dá o meu filho esse é MEU Filho”. Conforme pode ser observado na transcrição, o item lexical MEU e a primeira sílaba da palavra Filho estão em letras maiúsculas, o que significa que a entonação foi maior nesses elementos linguísticos. Intradiscursivamente é possível perceber a atuação do inconsciente e da ideologia no enunciado? O eixo da formulação dá conta de explicar o efeito da prosódia no processo de circulação dos sentidos?

A prosódia, atuando acima do segmento também revela como o sujeito se subjetiva. Ao atribuir maior entonação aos elementos assinalados anteriormente, a apenas busca, através do esquecimento nº 2, produzir efeitos de sentido no interlocutor que conduzam à

⁵ O software citado, de amplo uso em estudos de fonética e de fonologia, não foi utilizado nesta reflexão. Como será observado mais tarde, as falas das apenas foram transcritas de forma a se marcar graficamente as variações prosódicas presentes nas suas falas. É possível, contudo, que as falas das apenas sejam rodadas no referido programa em estudos futuros, dependendo de seus objetivos.

interpretação de que havia mudado de ideia, e não entregaria o filho para nenhum estranho. MEU, enfatizado dessa forma, traz à tona efeitos de sentido relacionados à maternidade, de forma que MEU Filho aciona saberes relacionados ao fato de que quem deu à luz à criança foi ela mesma, portanto o filho era dela, e ninguém, juridicamente, poderia retirá-lo de si. O sujeito, individualizado pelo Estado, reconhece-se como tal e faz reverberar, ecoar, discursivamente os efeitos dessa posição.

Torna-se importante tratar um pouco mais sobre os aspectos que estruturam a parte fonético-fonológica da língua. Em primeiro lugar, vale dizer que, como não estamos considerando a divisão saussuriana entre língua e fala, não seria condizente com o presente estudo falar somente em “aspectos fonológicos da linguagem”, visto que essa assunção conduziria a uma base estruturalista sobre a compreensão da língua. Apesar de se pensar em “estrutura” ao se referir à base linguística, essa estrutura é passível de falhas, e não diz respeito somente a um nível abstrato e social. Pensar a prosódia como materialidade significativa significa considerá-la em sua manifestação oral, compondo um enunciado único e irrepetível, por isso ela é compreendida como um componente fonético-fonológico das possibilidades de materialização do discurso.

Sendo assim, temos como princípio, na presente reflexão, que os discursos podem ser retomados tanto em sua materialidade linear como em sua materialidade suprasegmental, ou seja, em um nível prosódico, acima da linearidade. Isso significa que não só discursos podem ser atualizados-lembrados-esquecidos-recalcados a partir da prosódia, mas, também, podem acontecer deslocamentos por ela. Assim como o léxico e a sintaxe, a prosódia, enquanto

nível suprasegmental da linguagem verbal, situada acima da linearidade da sentença, aponta para a deriva.

Considerações finais

Para finalizar esta discussão, vale a pena retomar uma alusão à prosódia feita por Michel Pêcheux no texto “O discurso: estrutura ou acontecimento”. No primeiro capítulo deste texto, quando Pêcheux faz uma análise sobre o enunciado *On a gagné*, o autor realiza uma relação, conforme Orlandi (2012, p. 14),

do som no discurso político e no esporte, que, distintos, se misturam. Temos diferentes entonações produzindo um deslocamento que reverte em materialidades significantes diferentes (ritmo, música): do político para o futebol. São sons diferentes. Mas neste e em outros textos não deixará de remeter à língua as condições materiais de base para o desenvolvimento dos processos discursivos.

Apesar de Pêcheux não deixar de remeter à língua como *condições materiais de base para o desenvolvimento dos processos discursivos*, como disse Orlandi, não se pode negar a influência da prosódia no estabelecimento dos efeitos de sentido entre interlocutores, ou seja, no discurso. Apesar de a materialidade linguística ser fundamental para o trabalho com o discurso, a prosódia é, também, uma materialidade significativa, e, como tal, significa, reproduzindo discursos e/ou produzindo derivas. Parece que a prosódia seria a

materialidade que mais se aproxima ao real da língua; na prosódia pode emergir algo que aponta para o real, em mais uma tentativa do sujeito de dissimular a ordem do equívoco. Desse modo, a prosódia pode se constituir como lugar de resistência, um espaço próprio para o sujeito.

É por isso que devemos reconsiderar a afirmação de Pêcheux (1990) sobre as resistências, conforme transcrito abaixo:

não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar; alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (p. 17).

Além de tudo o que o autor coloca, é necessário trazer as entonações, as pausas, os prolongamentos de vogal (para citar algumas das possibilidades de desarranjo prosódico para suscitar a resistência). Esses elementos podem ser inferidos das reticências utilizadas por Pêcheux em seu texto, as quais remetem a algo que não foi dito e que pode funcionar discursivamente como lugares de resistência. Conforme Fink (1998, p. 48), “o discurso truncado e as palavras combinadas trazem-nos mais perto da “matéria” da linguagem do que as frases bem articuladas, e funcionam como um tipo de ponte entre o simbólico e o real”, e esse entendimento aproxima a prosódia da resistência, justamente por articular o simbólico ao real.

Michel Pêcheux, na abertura do colóquio *Matérialités discursives*, afirma: “ce qui, à un moment donné, fait irruption dans l’espace de la répétition discursive, ce qui y vire ou bascule, ne résulte pas de n’importe quelle brisure, torsion ou retournement⁶” (PÊCHEUX, 1981, p. 13), por isso os efeitos discursivos emergem de uma materialidade específica. Pensar sobre novas materialidades exige deslocamentos de fronteiras entre as disciplinas; porém, esses deslocamentos não operam fora de uma relação com a história, por isso não podem ser quaisquer.

Por não conseguir *enxergar* a materialidade com a qual trabalha, seu esforço em tirar da evidência o processo de produção dos sentidos acaba sendo dependente de vários retornos à voz, cujos ecos significam diferentemente a cada escuta. Isso só é possível por não se considerar a audibilidade do arquivo como fechada, mas sempre aberta para um retorno, para uma nova escuta. Com o auxílio da fonologia prosódica, há a possibilidade, como se viu, de representar os recursos empregados na voz. Basta escutá-los (e ouvi-los).

A fim de encerrar esta seção, trazemos o exemplo do próprio Jacques Lacan para refletir ainda um pouco mais sobre a relação entre prosódia e arquivo. Roudinesco (2006, p. 23) revela que “a obra de Lacan é oral e, durante vinte e seis anos, foi enunciada através de uma palavra viva, ao longo de todo o famoso Seminário”. A partir de 1973, Jacques-Alain Miller passou a fazer a transcrição das conferências. Isso significa que todos os seminários proferidos por Jacques Lacan não foram por ele materializados na escrita, mas na oralidade. E isso significa.

⁶ “O que, em determinado momento, irrompe no espaço da repetição discursiva, o que vira ou se balança, não resulta de qualquer ruptura, torção ou giro” (tradução minha).

Referências

ARENDETT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. [trad]. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BALDINI, Lauro José Siqueira. Lalingua inatingível. In: MARIANI, Bethania; ROMÃO, Lucília Maria Sousa; MEDEIROS, Vanise. (Orgs.) **Dois campos em (des)enlaces**: discursos em Pêcheux e Lacan. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

_____; SOUZA, Levi Leonel de. Os sentidos tomando corpo. In: AZEVEDO, Aline Fernandes de. (Org.) **Sujeito, corpo, sentidos**. Curitiba: Appris, 2012.

BARBAI, Marcos Aurélio. “E suas palavras pousam”: sujeito, ideologia e inconsciente. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; BRANCO, Luiza Katia Andrade Castello. (Orgs.) **Análise de discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. [trad.] Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. [trad.] Cristina de Campos Velho Birck [et al.] São Carlos: EdUFSCar, 2009.

ERNST, Aracy Graça. Corpo, discurso e subjetividade. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites.** São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O estatuto da equívocidade da língua. In: LIMA, Marília dos Santos; GUEDES, Paulo. (Org.) Estudos da linguagem, v. 10. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.

_____. O lugar da sintaxe no discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

_____. O discurso do corpo. In: MITTMANN, Solange; SANSEVERINO, Antônio Marcos Vieira (Orgs.). **Trilhas de investigação: A pesquisa no I. L. em sua diversidade constitutiva.** Porto Alegre: Instituto de Letras / UFRGS, 2011.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano.** Entre a linguagem e o gozo. [trad.] Maria de Lourdes Duarte Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A lingual inatingível: o discurso na história da linguística.** [trad.] Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GÓIS, Elsa; UYENO, Elzira; UENO, Michele; GENESINI, Teresa. **Lalangue, via régia para captura do real.** São Paulo: site do Instituto da Psicanálise Lacaniana, 2009.

INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon* 35, v.17, 2003.

_____. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

LACAN, Jacques. **O seminário 23: o sinthoma, 1975-1976**. [trad.] Serio Laia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **O seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, 1964**. [trad.] M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. [trad.] Angela Cristina Jesuíno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MORALES, Blanca de Souza Vieira. O real da língua e o real da história – considerações a partir do texto *La Lengua de nunca acabar*. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Processos de significação, corpo e sujeito. In: AZEVEDO, Aline Fernandes de. (Org.). **Sujeito, corpo, sentidos**. Curitiba: Appris, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Ouverture du colloque. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (Orgs.) **Matérialités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. [trad.] José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, (19): 7-24, jul./dez. 1990.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. [trad.] Eni Puccinelli Orlandi. 4.ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. [trad.] Eni Orlandi et al. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009a.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: _____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. [trad.] Eni Orlandi et al. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009b.

_____. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, Eni (Org.) **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

RICKES, Simone Moschen. A escritura como cicatriz. *Educação & Realidade*, 27(1):51-71, jan./jun. 2002.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. [trad.] André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. [trad.] Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 23.ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

SOLER, Colette. **O “corpo falante”**. Caderno de Stylus, n.1, maio de 2010.

SOUZA, Pedro de. **Michel Foucault: O trajeto da voz na ordem do discurso**. Campinas: Editora RG, 2009.